

US\$ 16 bilhões invisíveis

Economia Brasil 27 FEV 1984

por J. A. Tiradentes
de São Paulo

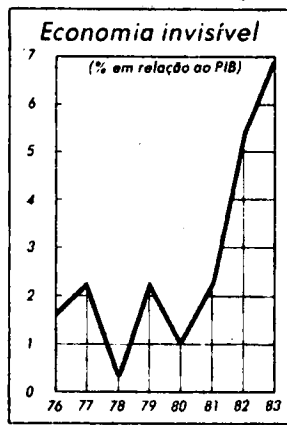
A recessão deu grande impulso à economia clandestina no País, nos últimos três anos. Uma pesquisa concluída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) revela que a "economia invisível" movimentava o equivalente a 2,35% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1981. Já no ano passado, o volume de negócios clandestinos havia saltado para 6,94% do PIB, ou o correspondente a algo em torno de US\$ 16,7 bilhões (ver gráfico).

São cálculos ainda "conservadores", na definição de Jessé Montello, presidente da FIBGE. Segundo ele, uma apuração mais precisa deverá ser feita no decorrer deste ano, quando a FIBGE procurará estabelecer uma correlação mais exata entre o crescimento dos negócios clandestinos e a escalada do desemprego no País, além de procurar apurar também a evasão de impostos que es-

sas atividades acarretam. Para Montello, a "economia invisível" movimentase hoje através de um exército de cerca de 10 milhões de pessoas, ou o equivalente a 20% da força de trabalho economicamente ativa do País.

Como "economia invisível" a FIBGE identifica as atividades produtivas ou comerciais que não aparecem nas estatísticas. E, entre elas, enquadram-se, por exemplo, a venda de bens e serviços sem pagamento de impostos, os trabalhos realizados em casa, no campo ou mesmo serviços domésticos remunerados, além da utilização de mão-de-obra infantil e trabalhos de imigrantes sem permissão de residência.

"Em todos os países, o desemprego tem sido sempre um dos principais fatores a impulsionar a 'economia oculta'", observa Montello. Ele alinha também, entre as razões que levam as pessoas a trabalhar por conta própria, a existência de carga excessiva de tributação, como elevadas ta-



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

xas de Imposto de Renda, de contribuição à Previdência Social e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). No seu entender, é preciso ainda acrescentar "as causas sociais que resultam da ineficiência administrativa na gestão dos fundos públicos e na maior ou menor tolerância da sociedade frente à fraude fiscal".

Montello defende o combate à "economia invisível", sob o argumento

de que ela acarreta a queda da arrecadação de impostos e de contribuições sociais, além de tornar mais onerosos os encargos para as empresas que continuam na legalidade. Por isso, a "economia oculta" provocaria também o aumento da inflação e dos juros e a insegurança na realização dos investimentos. Mas Montello acha que esse combate deve ser de maneira moderada, pois considera os negócios clandestinos um autêntico "amortecedor de tensões sociais".

De qualquer maneira, reconhece Montello, os números sobre negócios clandestinos no Brasil podem ser considerados ainda pouco significativos quando comparados com os de países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a "economia invisível" é equivalente a cerca de 10% do Produto Nacional Bruto (PNB). Na Itália, chega a representar 30% do PIB.

Para estimar a dimensão da "economia invisível" no Brasil, a FIBGE utilizou o método desenvolvido pelo economista Peter Gutmann, um estudioso da matéria. Fundamentalmente, comparou o volume de papel-moeda em poder do público com os depósitos a vista no sistema bancário, tendo em vista que grande parte das transações da "economia invisível" é realizada em dinheiro, e não através de cheques.

Em seu trabalho, a FIBGE constatou, por exemplo, que a relação entre o papel-moeda em circulação e os depósitos a vista aumentou de 23,5% em 1981 para 29,1% em 1983. Esse crescimento do volume relativo de papel-moeda estaria a indicar que aumentou o movimento na "economia invisível".